

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

v. 18 n. 108

fevereiro/abril 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 64/2008

Classificação Qualis/Capes: B2

Editores

Fábio Paixão – Pilar Jiménez Tello

Coordenadores

Robson Maia Lins (Direito Tributário)
Francisco Pedro Jucá (Direito Financeiro e Finanças Públicas)

Conselho Científico

Edilberto Pontes de Lima – Ives Gandra da Silva Martins
Marcus Abraham – Paulo de Barros Carvalho – Régis Fernandes de Oliveira
Reynaldo Soares da Fonseca – Ronaldo Chadid

Conselho Editorial

Alisson Carvalho Alencar – André L. Costa-Corrêa – André Mendes Moreira
Antônio Carlos Rodrigues do Amaral – Antonio Jorge Pereira Jr. – Bianor Arruda
Carlos Mário da Silva Velloso – Cláudio S. Lembo – Clélio Chiesa – Edison Carlos Fernandes
Edvaldo Pereira de Brito – Erick Macedo – Fernando Favacho – Francisco Rezek
Georgenor de Sousa Franco Neto – Gilmar Mendes – Horácio Monteschio
José Augusto Delgado – José Maurício Conti – Kiyoshi Harada – Leandro Paulsen
Leonardo Buissa – Liziane Angelotti Meira – Lucas Galvão de Britto
Marilene Talarico M. Rodrigues – Matovanni Colares Cavalcante – Misabel Abreu Machado Derzi
Monica Herman Salem Caggiano – Newton De Lucca – Paulo Ayres Barreto – Paulo Souto Maior
Platon Teixeira de Azevedo Neto – Rafael Campos Soares da Fonseca – Rafael Pandolfo
Regina Helena Costa – Ricardo Anderly – Rogério Vidal Gandra da Silva Martins
Roque Antonio Carazza – Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sepúlveda Pertence – Solon Sehn – Talita Pimenta Félix – Tárek Moussallem
Thais Xavier Ferreira da Costa – Walter Lobato
Eduardo Vera-Cruz Pinto (Portugal) – Javier García Medina (Espanha) – João Ricardo Catarino (Portugal)
Marcos Sacristán Represa (Espanha) – Pedro Carrasco Parrilla (Espanha)
Pilar Jiménez Tello (Espanha) – Ricardo Rivera Ortega (Espanha)

Autores colaboradores deste Volume

Andressa de Carvalho Lopes – Artur Barbosa da Silveira – Caio Vasconcelos Oliveira
Carlos Eduardo Montes Netto – Charles William McNaughton – Danilo Henrique Nunes
João Henrique Gonçalves Domingos – Luciano Costa Miguel – Luiz Gustavo Penner
Marcelo Vitorino – Marcus Abraham – Mariana Balaciano – Mário Oliveira Canossi
Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira – Raphael Silva Rodrigues
Rodrigo Almeida Magalhães – Suelen Bianca de Oliveira Sales – Thiago de Oliveira Freitas
Thiago Penido Martins – Wéslia Morais Barbosa Trentin

© Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Publicação trimestral da Editora Magister em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e a Sociedade Brasileira de Direito Financeiro (SBDf) aos quais se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser enviados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As ementas e acórdãos aqui publicados correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional e poderá ser enviada ao exterior.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

n. 1 (mar./abr. 2007). – Porto Alegre: Magister ; São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Tributários/Sociedade Brasileira de Direito Financeiro, 2007.

Trimestral. Coordenação: Robson Maia Lins e Francisco Pedro Jucá.

n. 108 (fev./abr. 2025).

ISSN 1981-2221

1. Direito Tributário. Direito Constitucional. Sistema Tributário Nacional. Imposição Tributária. Tributos. Impostos. Taxas. Contribuições. 2. Finanças Públicas. Direito Financeiro. Direito Econômico. Direito Político. Política Tributária. Direito Administrativo. Preços Públicos. Tarifas. 3. Ética Pública. Moralidade Institucional. Ética Fiscal. Moralidade Administrativa. 4. Sociologia Financeira. Psicologia Financeira.

CDU 336.2(05)

CDU 342+336.1/.5(05)

CDU 336.2:172.1(05)

CDU 316.334.2(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Sumário

Doutrina

1. A Ação Rescisória em Matéria Tributária à Luz da Súmula nº 343 do STF: Defesa da Segurança Jurídica e da Coisa Julgada
Marcus Abraham, Mariana Balaciano e Luiz Gustavo Penner 5
2. A Dedutibilidade das Penalidades e a Relação de Pertinência com a Norma de Incidência Tributária do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica
Charles William McNaughton e Thiago de Oliveira Freitas..... 26
3. O Repatriamento de Ativos à Luz dos seus Fundamentos Econômicos e Sociais: Perspectivas para o Brasil e o Advento da Lei Federal nº 14.973/2024
Artur Barbosa da Silveira e Suelen Bianca de Oliveira Sales..... 40
4. A Ilegalidade da Limitação à Dedução do PAT: uma Análise Crítica à Luz da Lei nº 6.321/76 e da Jurisprudência do STJ
Raphael Silva Rodrigues, Rodrigo Almeida Magalhães e Thiago Penido Martins..... 54
5. Lei Complementar nº 200/2023 – Regime Fiscal Sustentável: Principais Nuances
Marcelo Vitorino 68
6. A Base de Cálculo do ITBI e a Presunção de Boa-Fé do Contribuinte: Análise da Ilegitimidade do Fisco Municipal para Arbitramento com Base em Valor de Referência Estabelecido Unilateralmente
Caio Váscelos Oliveira, Danilo Henrique Nunes e Wéslia Morais Barbosa Trentin 77
7. São as Associações de Direito Privado Legitimadas para a Arbitragem Coletiva Tributária?
Carlos Eduardo Montes Netto, João Henrique Gonçalves Domingos e Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira 107
8. A (In)Aplicabilidade da Súmula Vinculante nº 24 em Casos de Fraudes Fiscais Estruturadas
Luciano Costa Miguel e Mário Oliveira Canossi..... 131
9. A Tragédia dos Comuns e a Tributação Verde: uma Proposta para um Futuro Sustentável
Andressa de Carvalho Lopes 152

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Remessa para o STJ. Art. 1.033 do CPC. Alteração de Jurisprudência. Compreensão da Questão como de Natureza Constitucional. Possibilidade de Reanálise do Feito pelo STF. Direito Tributário. Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI). Transferência de Imóvel Realizada por Incorporação de

Totalidade de Pessoa Jurídica. Isenção. Art. 37, § 4º, do CTN. Recepção pela Constituição. Matéria Constitucional. Acolhimento dos Embargos para Permitir Nova Análise do Recurso Extraordinário <i>Rel. Min. Edson Fachin</i>	164
2. Superior Tribunal de Justiça – Imposto de Renda. Ausência de Dissídio Jurisprudencial. Incidência da Súmula nº 83/STJ. Inaplicabilidade dos Temas ns. 250 e 1.037/STJ. Isenção do PGBL e do VGBL. Validade. Desprovisionamento do Agravo Interno. Manutenção da Decisão Recorrida <i>Rel. Min. Francisco Falcão</i>	174
3. Superior Tribunal de Justiça – Crédito Presumido de PIS e COFINS. Beneficiamento de Grãos. Inaplicabilidade do Art. 8º da Lei 10.925/2004. Provimento Negado <i>Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues</i>	178
4. Superior Tribunal de Justiça – ICMS-ST. PIS. COFINS. Creditamento. Tema 1.231/STJ <i>Rel. Min. Francisco Falcão</i>	181
5. Superior Tribunal de Justiça – Juros Sobre Capital Próprio. Dedução da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL Quando Apurados em Exercício Anterior ao da Decisão Assemblear que Autoriza o Pagamento. Questão de Direito. Multiplicidade de Causas Parelhas. Recurso Seleccionado como Representativo de Controvérsia. Afetação ao Regime dos Recursos Especiais Repetitivos <i>Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues</i>	187